

# Da fraqueza à força: produção de autoconsumo e uso de programas públicos por agricultores do Jequitinhonha mineiro<sup>1</sup>

Eduardo Magalhães Ribeiro, Flávia Maria Galizoni,  
Thiago M. B. Moreira e Eduardo Barbosa Ayres



## Autoconsumo

Quando se pergunta aos agricultores familiares do Alto Jequitinhonha como conseguem seus alimentos, eles costumam responder que consomem *feijão de si mesmo*, expressão que significa que vivem daquilo que produzem: dos *bichos do terreiro*, das lavouras de *mantimentos* e das hortas de *miunças*. Essa produção acontece ao sabor da oferta de recursos da natureza, pois a Revolução Verde passou longe de seus sítios, de forma que raramente usam insumos industriais e externos para conseguir alimentos.

Técnicos e cientistas quase sempre consideram essa forma de produção dos meios de vida como atrasada, porque não usa adubo, trator ou veneno, porque vende pouco e não compra quase nada. Pode ser que às vezes seja. Mas nem sempre é. No caso do Alto Jequitinhonha, definitivamente não é, pois essas famílias rurais conseguem produzir seu sustento, acessar mercados locais e se apropriar de programas públicos. E fazem isso sem abrir mão da qualidade da sua produção, limpa e soberana.

E é isso o que este artigo procura mostrar. Resultado de pesquisas feitas na região, o artigo analisa como agricultores familiares criam estratégias que combinam produção independente e acesso a programas públicos com o propósito de conseguir melhorias na qualidade de vida. Mostra que nem sempre autoconsumo se identifica com pobreza e degradação ambiental, mas que, ao contrário, pode basear estratégias sustentáveis de reprodução e de uso de recursos. Além disso, é possível verificar que tais práticas trazem efeitos positivos para a economia do território e até, pensando em termos macroeconômicos, para o setor de bens duráveis de consumo.

## Sustento

No Alto Jequitinhonha, existem duas estações bem definidas: *seca*, o período da estiagem, e *águas*, a época das chuvas. As atividades produtivas que



Feira livre da cidade de Couto de Magalhães de Minas, Alto Jequitinhonha



acontecem em cada estação são muito específicas: é a lavoura nas águas e o beneficiamento do produto na seca. Nas águas, a roça produz as culturas anuais, conhecidas como *mantimentos*. Já quando acaba o trato desses cultivos, nos meses de fevereiro, março e abril, o trabalho da família vai para a horta e para o beneficiamento na indústria doméstica, de onde saem verduras, a rapadura e as farinhas de milho e mandioca. A produção dos mantimentos sempre foi atrelada aos ciclos da natureza, à abundância e à escassez definidas por mais ou menos chuvas. Esses ciclos fazem com que as pautas alimentares sejam muito sazonais, em parte definidas pelo que se produz ou se extrai na época: derivados do milho e da mandioca, frutas nativas (pequi, jaca, mangaba) e folhas extraídas (como *gondó* e *beldroega*).

Na memória camponesa, a época mais farta de alimentos coincidia com o início da estação seca – abril, maio e junho – e a colheita das roças. Na seca, ao contrário do que poderia parecer, a alimentação era muito mais abundante que no tempo das águas, porque as tulhas estavam cheias e os engenhos ativos. O princípio das águas – novembro, dezembro e janeiro – era época de maior restrição alimentar, pois marcava o momento em que a família preparava nova lavoura e o estoque de mantimentos colhidos na safra anterior se esgotava. Janeiro era o mês da *precisão* e do maior consumo de produtos da coleta. Afinal, além de haver um intervalo entre

<sup>1</sup> As pesquisas que originaram este artigo foram apoiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), aos quais os autores agradecem.



Produção e secagem da rapadura na forma no engenho do Senhor Nazário, em Capelinha, Alto Jequitinhonha

plantar e colher, nem sempre o mantimento colhido durava para todo o período, sendo necessária uma certa parcimônia para abastecer a família. Nessa situação de vulnerabilidade, as reciprocidades sociais eram muito importantes para garantir o sustento, e as pessoas falam do *tempo antigo*, quando os mais necessitados circulavam pelas comunidades pedindo doações que os ajudassem a passar por essa fase de privação.

Já nos dias atuais, dizem que o *povo foi despertando* e aprendendo a eliminar a escassez. Numa avaliação sobre suas condições de alimentação, 88% dos agricultores pesquisados na região consideraram suas condições entre ótimas e boas, 10% dos entrevistados consideram-nas regulares e apenas 2% consideram-nas ruins ou péssimas. As famílias buscaram recursos para lidar com a escassez na migração sazonal, nas feiras livres municipais e nos programas públicos. E foi por meio deste último recurso que muitas famílias camponesas criaram novas estratégias, tendo como base as conquistas de direitos como as aposentadorias e pensões, e depois com os programas de transferência de renda e de compras institucionais. Estes programas deram mais folga às despesas e se transformaram em instrumentos de dinamização das economias locais. Mas, para compreender esse novo dinamismo, é preciso lembrar o princípio básico: o *sustento*, entendido como autonomia alimentar, vem da lavoura.

## Programas

No Jequitinhonha, os programas públicos distributivos são executados numa sociedade camponesa que valoriza a produção autônoma dos alimentos. Ao serem implementados em combinação com estratégias locais, alguns desses programas geraram resultados surpreendentes. Assim, depois de uma década de mudanças na gestão, na negociação e no gasto com programas de desenvolvimento, uma série de mudanças podem ser percebidas nas moradias, na aquisição

de equipamentos produtivos e eletrodomésticos e no conforto material das famílias rurais. Mudaram os padrões de consumo, e alguns resultados do avanço material aparecem, por exemplo, na saúde das crianças, nos dentes de adultos e no zelo com a saúde.

O crescimento do número de aposentados e pensionistas e a expressiva cobertura do Programa Bolsa Família produziram um crescimento contínuo da renda monetária nas áreas rurais. E como essa população camponesa do Jequitinhonha tem acesso à terra – embora às vezes seja um acesso precário a glebas muito pequenas –, também tem asseguradas as condições de plantio, usando técnicas costumeiras que não implicam em outra despesa que não seja o gasto da força de trabalho familiar.

A combinação de aposentadorias e Bolsa Família atendendo famílias com terra, gerou crescimento e estabilização da renda monetária. Aliada à da produção de autoconsumo, essa renda assegurou a perenidade da oferta de alimentos e eliminou o hiato sazonal de abastecimento das famílias camponesas do Jequitinhonha que ocorria no *tempo das águas*. As transferências públicas forneceram parte do dinheiro para alimentação, acabaram com o ciclo anual de insegurança alimentar e, principalmente, com seus efeitos negativos: as dívidas, a *precisão*, o trato do trabalho a preço baixo. Protegida pelas transferências, a família não perde patrimônio e não vende às pressas animais ou ativos acumulados no decorrer dos anos.

No esboço das suas estratégias de reprodução, lavradores do Jequitinhonha hierarquizam os bens que venderão nas situações de aperto: primeiro as *criações*, na seguinte ordem - as aves, depois os porcos e por fim os bovinos; passando então aos jumentos, cavalos e burros de serviço; por fim, venderão patrimônio: equipamentos, máquinas e ferramentas.



Torra da farinha em Chapada do Norte, Alto Jequitinhonha

Assegurando alimentos em épocas de crise, os programas de transferência são meios de evitar perder patrimônio e reestimularam a produção de autoconsumo. A roça é feita em área escolhida de acordo com critérios baseados no conhecimento dos recursos naturais, fugindo dos riscos de seca e inundação, evitando despesas, diversificando oportunidades e ajustando-se à capacidade familiar de trabalho. Aliado ao conhecimento preciso dos recursos da natureza - a base móvel do conhecimento tradicional - o poder renovado para entrar nos mercados locais garante abastecimento estável e renda em dinheiro para a família camponesa.

As pesquisas feitas no Alto Jequitinhonha mostram outra potencialidade encoberta da roça de mantimentos: a capacidade que as famílias agricultoras têm de se alimentar em quantidade e qualidade superior à média da população urbana do Brasil, e isso devido à produção de autoconsumo. O Quadro a seguir apresenta a dieta média de camponeses que têm terra e acessam políticas públicas. Composta de quatro refeições diárias, consideradas pelas famílias

como sendo saudáveis e fortes, a dieta é também autônoma, soberana e adaptável.

## Mercados

Apesar da segurança adquirida em termos de abastecimento alimentar, esses agricultores ainda estão longe de conseguir um desempenho equivalente na conquista de mercados. Sua produção permanece restrita às feiras livres municipais, aos circuitos próximos alcançados pela indústria doméstica e aos mercados de produtos do artesanato, que são marcados pela incerteza. No entanto, esse quadro vem mudando, uma vez que os programas públicos distributivos deram um novo alento não só a esses mercados, mas também às feiras livres, aos circuitos comunitários de trocas e aos mercados institucionais.

Um aspecto que contribuiu para dinamizar o mercado local de alimentos está relacionado ao fato de que mulheres e idosos – público-alvo dos programas de aposentadorias e

### Quadro I. Composição da pauta alimentar média de famílias rurais dos municípios de Turmalina, Veredinha e Minas Novas (2010)

Refeição	Composição mais frequente
Tira-jejum, <i>tirijum</i> ou desjejum	café, leite, pão caseiro, biscoito, broa, queijo, mandioca cozida, requeijão, ovo
Almoço	feijão, arroz, carne, verdura crua ou cozida em <i>molho</i>
Merenda	café, leite, quitanda, mandioca cozida
Jantar	mesmo cardápio do almoço, com alimentos de fácil digestão

Fonte: Pesquisa de campo (2010)



Estudantes do Curso Médio em Agropecuária, frequentado em regime de alternância por dirigentes sindicais do Jequitinhonha, durante aula de fruticultura no Campus UFMG em Montes Claros

bolsas – tendem a priorizar os gastos com a própria família, constituindo assim um novo público consumidor nos pequenos municípios do Vale do Jequitinhonha. Dois indicadores atestam esse crescimento. De um lado, as dimensões das feiras livres: no intervalo entre 2005 e 2012, o número de pontos de vendas nas feiras cresceu em média 20%, revelando a expansão de oferta e de consumidores. De outro lado, uma pesquisa de 2012 revelou a força dos circuitos locais e comunitários de vendas. Esses canais se igualam às feiras, superam o volume das vendas para intermediários e as vendas diretas para supermercados e atacadistas, demonstrando o potencial da compra local, dos negócios feitos na vizinhança.

Além desses benefícios, vários programas públicos alavancaram a economia rural na região ao focarem seus recursos para compras de alimentos no próprio local, caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além desses, foi criado o Programa Leite Pela Vida, gerido pelo governo de Minas Gerais com fundos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que adquire leite de produtores chamados de *pronafricanos*, aqueles contemplados com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Essas compras institucionais têm um efeito desigual no espaço, sendo mais acentuadas em alguns locais, menos importantes em outros, porque dependem bastante da capacidade de articulação dos próprios grupos, das associações e da qualidade dos mediadores. Em certos municípios, como Veredinha e Turmalina, por exemplo, onde a sólida organização de base conta com a assessoria do Sindicato de Trabalhadores(as) Rurais e do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), os agricultores conquistaram a exclusividade nas bancas da feira livre, fecham contratos que alcançam 90% das compras das escolas, e estabeleceram relações privilegiadas com os supermercados e empórios do centro urbano. Nesses dois casos, a conquista dos mercados próximos foi baseada também num movimento organizado de valorização do produto local, da agricultura familiar e numa valorização do programa público.

Esse movimento não é apenas econômico, mas tem também um forte componente político. Antes do advento dos programas, já existia uma atuação camponesa que fortalecia as organizações de base – associações comunitárias, sindicatos de trabalhadores rurais, grupos de trabalho de comercialização. Um dos esforços feitos por essas organizações desde os anos 1990, talvez o maior esforço, foi para *construir* mercados, ou seja, descobrir e ocupar espaços e pontos de venda, agregar

valor à produção agrícola, criar vínculos estáveis com os consumidores.

Existem na região outros notáveis casos de sucesso, como as associações de apicultores e os polos de excelência do artesanato em argila e da indústria doméstica. Neles, o esforço para construir mercados foi combinado com a ocupação de espaços políticos na gestão de projetos, conquistados numa disputa travada no âmbito dos conselhos de desenvolvimento, dos programas territoriais e das secretarias municipais. Outro fator que também contribuiu para que essas experiências fossem bem sucedidas foi a criação de estruturas de suporte, como redes de informação, assistência técnica adaptada e fundos rotativos de crédito. Esses movimentos devem ser lidos ainda à luz da emergência política de povos tradicionais, que entre outras causas trouxe à tona a valorização da pauta produtiva e da dieta locais, a necessidade de reduzir a pegada ecológica e a afirmação da soberania alimentar.

## Consumo

As melhores condições para se alimentar, vindas da renda em dinheiro, se transformaram em melhoria de qualidade de vida e aumentaram o poder de compra dos lavradores da região. Ocorreu crescimento do número de

pontos de vendas de bens duráveis, a ponto de praticamente todas as cidades da região, cidades entre 5 e 10 mil habitantes, terem uma loja de eletrodomésticos. A rede Eletrozema, por exemplo, mantém lojas em 15 dos 40 municípios do Jequitinhonha. Em Lufa, distrito de apenas 200 habitantes, existem duas lojas de eletrodomésticos. Vendinhas, povoado de 30 casas no município de Capelinha, tem loja de revenda de computadores.

Pesquisa realizada por esta equipe em 2010/2011 em 250 domicílios das áreas rurais de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região mostrou que existem fogão a gás e geladeira em aproximadamente 80% dos domicílios. Cerca de 15% das famílias rurais têm automóveis, e as motocicletas – bens de consumo preferidos desses agricultores familiares – existem em quase 50% das residências pesquisadas, chegando a 80% em alguns municípios.

Mas as principais evidências da melhoria de vida das famílias na região estão nos indicadores consolidados e comparáveis. Comparando dados do Censo Demográfico de 2000 e dados de pesquisa de campo de 2010 sobre energia elétrica, água e banheiros em domicílios, percebe-se a evolução positiva em todos os indicadores. Os números de 2010 apontam que mais de 90% das famílias rurais pesquisadas dispõem de energia elétrica, mais de 80% delas têm água e mais de 60% têm banheiro dentro de casa. A importância desses indicadores cresce quando se considera que as informações de 2000 dizem respeito ao conjunto da população dos municípios, inclusive da área urbana, onde é maior a oferta de serviços e bens, enquanto os dados de 2010 se referem apenas à agricultura familiar. Essas condições materiais mais favoráveis se devem em parte aos programas distributivos e à universalização da eletrificação rural, que possibilitaram a compra de geladeira, TV e outros eletrodomésticos. Com a elevação da renda monetária e os programas de convivência com o semiárido, que desde o começo dos anos 2000 construíram mais de 400 mil caixas de captação de água de chuva, as famílias puderam melhorar residências e incorporar um bem-estar que não existia no ano 2000.

Nas áreas rurais, esses equipamentos produzem efeitos que vão além do conforto material, da sanidade e do bem-estar, pois reduzem o sacrifício das tarefas domésticas. Tendo água e energia em casa, as mulheres não precisam mais carregar potes na cabeça por distâncias que às vezes ultrapassavam o quilômetro, bem como não se deslocam mais para lavar roupa em rios e córregos. Esses dados indicam conforto material, mas também liberação de pessoas de ocupações penosas e melhoria objetiva na vida doméstica cotidiana.

João Domingos, presidente da Associação dos Feirantes de Turmalina, e Maria Creuza, sua esposa



Assim, programas públicos inovadores se combinaram bem com os costumes locais. Para tanto, mostrou-se fundamental o fortalecimento das comunidades rurais, a continuidade das práticas costumeiras de lavoura e a persistência das redes de proteção do núcleo familiar, que garantem a redistribuição dos bens e recursos tradicionais, dos quais a terra é o principal. Desse modo, grupos, associações e comunidades camponesas desenvolveram capacidades para dialogar com diversos atores e setores, conquistar programas públicos, atrair benefícios para suas localidades, transformar programas e recursos em ganhos e, sobretudo, compatibilizar inovações de programas públicos com tradições camponesas. E essas alianças – entre costume e inovação, ação familiar e pública – são as alavancas para melhorar as condições de vida dessa população rural.

**Eduardo Magalhães Ribeiro**  
Pesquisador CNPq, bolsista Fapemig,  
professor UFMG  
eduardomr@pq.cnpq.br

**Flávia Maria Galizoni**  
Professora UFMG  
flaviagalizoni@yahoo.com.br

**Thiago M. B. Moreira**  
Bolsista CNPq  
thiagomarc2004@yahoo.com.br

**Eduardo Barbosa Ayres**  
Técnico do IDENE/MG  
eduardoturmalina@yahoo.com.br

Geralda Chaves Soares na UFMG em aula sobre história indígena para estudantes do Curso Médio em Agropecuária, frequentado em regime de alternância por dirigentes sindicais do Jequitinhonha.

